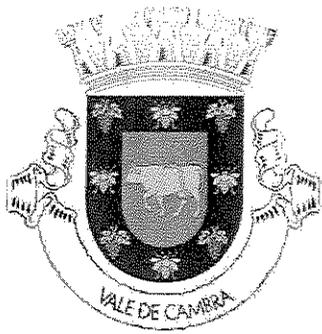


Documento n.º 12, 13, 28

Caracterização da
Entidade

Notas ao Balanço e à
Demonstração de
Resultados

Relatório de Gestão



Município de Vale de Cambra

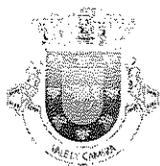


Relatório de Gestão 2012



ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Organização do Município.....	5
2.1 - Assembleia Municipal.....	5
2.2 - Câmara Municipal.....	5
3. Participações do Município.....	8
3.1 - Participação em Entidades Societárias e não Societárias.....	8
4. Análise Orçamental.....	9
4.1 – Execução Global do Orçamento.....	10
4.1.1 – Execução do Orçamento da Receita.....	11
4.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa.....	14
4.1.3 – Serviço da Dívida.....	18
4.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios.....	19
4.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....	20
5. Endividamento.....	21
6. Análise Económico-Financeira.....	24
6.1 - Balanço.....	24
6.2 – Demonstração de Resultados.....	27
7. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	29
8 . Anexos às Demonstrações Financeiras	29
Introdução.....	29
8.1 – Caracterização da Entidade.....	30
8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	35
8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....	42
Anexos.....	44



1. Introdução

O ano de 2012 continuou a exigir ao país e à sua administração pública – aos níveis central, regional e local – a aplicação de maiores limitações e constrangimentos financeiros, quer na sequência dos diversos PEC quer sobretudo agora por imposição do plano de assistência financeira estabelecido entre o Estado português e os nossos credores internacionais.

Como um dos instrumentos dessa exigência acrescida, a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, veio obrigar a administração pública, e nela, as autarquias, a um muito maior esforço de planeamento e efetivo controlo da despesa pública. A esta obrigação de contenção veio a juntar-se a reconhecida diminuição da atividade económica em geral, com as consequências sentidas na arrecadação de receitas, designadamente por parte das autarquias.

As dificuldades resultantes deste quadro financeiro e económico têm obviamente um forte impacto nos diversos agentes económicos, nas instituições públicas e privadas, nas empresas, nas famílias e nas pessoas, obrigando as autarquias a redefinirem, reformularem ou redirecionarem muitos dos seus objetivos e estratégias tendo em vista, por um lado, manter níveis adequados de satisfação das necessidades das populações que servem, e por outro a cumprirem com rigor e clareza os limites impostos pela lei e pelos instrumentos e políticas financeiras definidas pelo estado.

Perante esta dura e exigente realidade, que obriga ao reforço do rigor financeiro já em curso, salienta-se uma vez mais que este município reduziu em mais de 10% o excedente do endividamento, cumprindo uma exigência nuclear da Lei das Finanças Locais e evitando assim a aplicação de qualquer penalização.

Nunca é por demais importante realçar esta nota quando essa exigência foi cumprida sem que o Município de Vale de Cambra tivesse posto em causa os seus principais objetivos estratégicos. Muito pelo contrário, estes foram integralmente concretizados, ainda que tivesse sido necessária a redifinição e reprogramação de alguns investimentos ou ações previstas.

Ao mesmo tempo, o ano de 2011 reforçou ainda o ciclo de modernização já iniciado na



gestão da administração local. Os desafios que se colocam às autarquias no seu trabalho de resposta aos cidadãos são cada vez maiores, pela sua proximidade e complexidade que os tempos de crise que vivemos acabam por potenciar. É cada vez mais reconhecida a importância da qualidade dos serviços prestados aos munícipes, sem esquecer a dignificação dos trabalhadores da Autarquia, à luz dos múltiplos objetivos que a Modernização Administrativa Pública Local hoje em dia nos propõe.

Só é possível concretizar este propósito através da constante melhoria da relação com o cidadão/munícipe/cliente, mantendo em contínuo aperfeiçoamento os métodos e os processos de trabalho e gestão, acompanhando-a da correspondente mudança de mentalidades e melhoria e modernização dos equipamentos e ferramentas de trabalho.

O prosseguimento do caminho de qualidade mantém-se. A implementação do Sistema de Gestão da Qualidade foi reforçada, enquanto elemento estratégico de desenvolvimento e de resposta capaz às necessidades dos munícipes. A Câmara Municipal de Vale de Cambra está certificada, na sua totalidade, com a norma EP EN ISO 9001:2008.

A Câmara Municipal de Vale de Cambra, mais uma vez, reforça a sua convicção de que esta eficiência organizacional continuará a refletir-se positivamente na atividade geral do município, permitindo-se assim uma constante melhoria na sua gestão orçamental, financeira e patrimonial.

Este Relatório de Gestão, que agora se apresenta, analisa a gestão do Município de Vale de Cambra no ano de 2012. Teve por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP's) - aprovados em devido tempo pela Câmara e Assembleia Municipais - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal. Contém ainda informações com base em documentos financeiros de carácter patrimonial, como é o caso do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Neste documento apresentam-se e explicam-se os indicadores de gestão que dizem respeito à estrutura da receita, nomeadamente quanto à sua análise global, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental.

Já quanto à despesa, o critério de apresentação seguirá a mesma linha de orientação a que se junta uma explanação mais detalhada sobre a desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas incluídos no Plano Plurianual de Investimentos.



Será também possível obter-se uma comparação entre a receita e a despesa, permitindo-se assim apurar o valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2013, de acordo com a legislação em vigor.

Neste enquadramento e tendo em atenção as considerações introdutórias enunciadas, submete-se assim à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado de todos os documentos de prestação de contas respeitantes ao ano de 2012 que lhe estão associados, cumprindo-se deste modo o preceituado no POCAL.

2. Organização do Município

2.1 - Assembleia Municipal

Conforme o estipulado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 30 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 9 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. - Presidente

António Fernando de Pina Marques, Dr. - 1.º Secretário

Maria de Fátima Castro Soares da Silva Fonseca, Eng.ª - 2.º Secretário

2.2 - Câmara Municipal

Em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Vale de Cambra, tem a seguinte constituição:



PRESIDENTE

José António Bastos da Silva, Eng.

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Obras Municipais – em regime de Empreitada
- Recursos Humanos
- Proteção Civil
- Juntas de Freguesia
- Administração e Finanças:
 - Contabilidade
 - Aprovisionamento
 - Património
- Ordenamento do Território:
 - Estudos e Projetos
 - Informação Geográfica
 - Gestão de Candidaturas
 - Indústria
- Informação e Relações Públicas
- SAM

VEREADORES

Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.^a

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Expropriações
- Património Imobiliário
- Execuções Fiscais
- Núcleo de Atas
- Gestão Cemiterial



- Comércio, Mercados e Feiras
- Defesa do Consumidor
- Serviço de Sanidade Pecuária
- Desenvolvimento Social (Ação Social)
- Apoio ao empresário e ao emprego
- Educação e Ensino
- Saúde
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares

José Pedro Vieira de Almeida, Mestre Eng.^a Urbana

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Modernização Administrativa/Qualidade
- Obras Particulares
- Obras Municipais – em regime de administração direta
- Gestão de viaturas e manutenção de equipamentos municipais
- Manutenção da rede viária e sinalização
- Segurança dos equipamentos municipais
- Fiscalização de Obras Públicas
- Serviços Urbanos e Ambiente:
 - Abastecimento de Água
 - Saneamento
 - R.S.U.
 - Metrologia
 - Higiene e Limpeza
 - Ambiente/Qualidade de Vida
 - Proteção Florestal
 - Jardins e Espaços Verdes



Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.^a

Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro

- Informática
- Cultura, Desporto e Turismo:
 - Biblioteca, Documentação e Arquivo
 - Património e Museus
 - Desporto e Tempos Livres
 - Associativismo
 - Juventude
 - Turismo
 - Gestão dos Equipamentos Culturais e Desportivos

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, Eng.º

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.^a

Jorge Manuel Santos Silva, Eng.º, em suspensão de mandato desde 3 de maio de 2012 tendo ocupado a vaga a Sra. Susana Maria Cruz Tavares Ferreira.

3. Participações do Município

3.1 - Participação em Entidades Societárias e não Societárias

O Município de Vale de Cambra possui participações nas seguintes entidades Societárias:



valorização ao custo histórico

Denominação	Capital	Participação	%
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	8.500.000,00 €	96.275,00 €	1,13%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20.500.000,00 €	3.895,00 €	0,02%
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77%
Primus – Promoção, Desenvol. Regional, EMT, S.A.	813.859,02 €	499,00 €	0,06%

valorização pelo método de equivalência patrimonial

Denominação	C. Social	RL 2012	Cap. Próprios	% partic.
VCP – Parque Estacion. Vale de Cambra	205.000,00 €	(449.969,37)	(266.931,89)	49,00%

No que respeita às Entidades não Societárias, o Município de Vale de Cambra participa nas seguintes:

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
AMTSM
ADRIMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto

4. Análise Orçamental

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2012.

Neste sentido, é evidenciada a evolução da situação económico-financeira, bem como da execução do orçamento no que se refere aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, nos domínios das receitas e das despesas.

É, também, avaliada a evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o



endividamento líquido bem como a situação financeira do Município, tendo por base os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise realizada é sustentada pelos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

4.1 – Execução Global do Orçamento

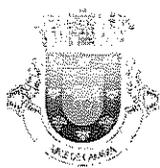
De seguida apresenta-se um quadro que evidencia os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, por forma a avaliar a fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2012.

QUADRO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2012

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	(b)/(a)
1 – Saldo da Gerência Anterior	709.143,57	709.143,57	0,00	100,00%
Receitas Correntes	11.802.873,00	10.848.574,68	-954.298,32	91,91%
Receitas de Capital	17.871.962,00	7.589.863,59	-10.282.098,41	42,47%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	50,00	0,00	-50,00	0,00%
2 – Total de Receitas	30.384.028,57	19.147.581,84	-11.236.446,73	63,02%
Despesas Correntes	11.799.178,57	8.774.746,53	-3.024.432,04	74,37%
Despesas de Capital	18.584.850,00	9.239.931,81	-9.344.918,19	49,72%
3 – Total de Despesas	30.384.028,57	18.014.678,34	-12.369.350,23	59,29%

Un.: Euros (€)



Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento aprovado para o exercício foi de 30.384.028,57 €, sendo o total da receita cobrada de 19.147.581,84 € e o total da despesa executada de 18.014.678,34 €.

Assim sendo, concluímos que na gerência de 2012 o total de receitas cobradas foi superior ao valor total da despesa executada, alcançando-se 63,02% e 59,29%, respetivamente.

Reconhece-se, com isto, que foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, conforme consagrado pelo POCAL, uma vez que o total das receitas foram suficientes para cobrir a totalidade das despesas e ainda, o facto das receitas correntes serem superiores às despesas correntes.

O global da despesa corresponde a um valor superior a 18 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do Orçamento de 59,29%, para 2012.

O peso do investimento no total executado foi de 51%, uma vez que superou os 9 milhões de euros.

No que se refere ao orçamento da receita este apresenta um reforço inerente à incorporação do saldo da gerência anterior, no valor de 709.143,57 €.

As receitas correntes apresentam um peso de 56,66%, o que reflete a sua boa execução. Por outro lado, o desvio verificado no total das receitas de capital devem-se, sobretudo, à diferença apurada na rubrica das vendas de bens de investimento previstas no orçamento inicial, o que reflete a conjuntura atual e também na morosidade para aprovação e execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

4.1.1 – Execução do Orçamento da Receita

No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita



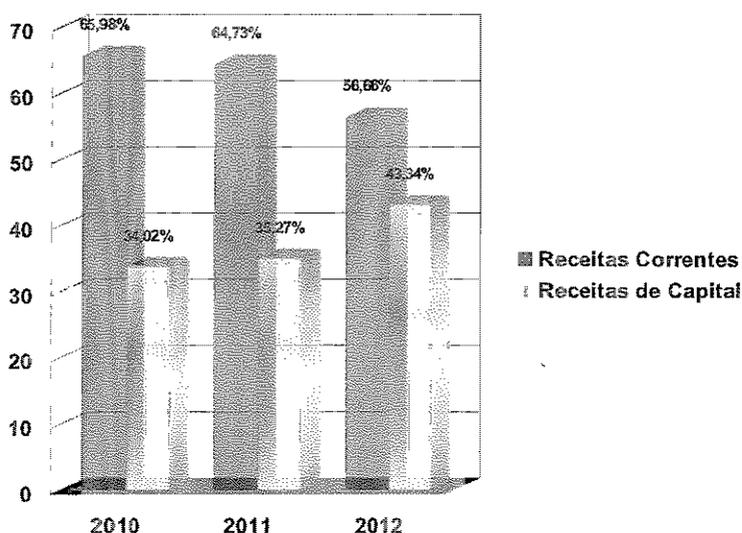
executada ao longo dos três últimos exercícios.

QUADRO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		2012	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	11.264.962,77 €	65,98%	11.288.668,17 €	64,73%	10.848.574,68 €	56,66%
Receitas de Capital	5.809.434,52 €	34,02%	6.151.885,11 €	35,27%	8.299.007,16 €	43,34%
Total	17.074.397,29 €	100,00%	17.440.553,28 €	100,00%	19.147.581,84 €	100,00%

GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2012



A execução da receita para o ano de 2012 foi de 19.147.581,84 €, dos quais 10.848.574,68 € dizem respeito ao montante das receitas correntes e 8.299.007,16 € respeitavam às receitas de capital executadas. O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 63,02%, face ao valor estimado. Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes são superiores às receitas de capital, correspondendo a uma taxa de execução de 56,66% e 43,34%, respetivamente.

**QUADRO N.º 3 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2012 POR CLASSIFICAÇÃO**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA ARRECADADA		
	2010	2011	2012
Impostos Diretos	2.832.814,83 €	2.907.062,19 €	3.176.805,29 €
Impostos Indiretos	176.830,53 €	525.339,13 €	215.424,31 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	418.196,97 €	443.894,79 €	318.183,66 €
Rendimentos de Propriedade	652.122,03 €	669.739,93 €	683.377,61 €
Transferências Correntes	5.465.628,78 €	5.062.296,29 €	4.780.699,99 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.567.456,81 €	1.498.768,64 €	1.478.519,77 €
Outras Receitas Correntes	151.912,82 €	181.567,20 €	195.564,05 €
Venda de Bens de Investimento	603.726,00 €	182.733,52 €	306.843,60 €
Transferências de Capital	3.928.083,77 €	5.001.749,16 €	7.283.019,99 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	139.624,75 €	1.624,77 €	0,00 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	1.138.000,00 €	965.777,66 €	709.143,57 €
Total	17.074.397,29 €	17.440.553,28 €	19.147.581,84 €

Da análise do quadro apresentado podemos concluir que as receitas próprias do Município, que resultam dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante significativo, pese embora o facto das transferências, correntes e de capital, se manterem como essenciais na receita do Município.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que mais expressividade apresentam, atingindo 3.176.805,29 €, na gerência de 2012, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.478.519,77 €.

Das transferências efetuadas ao longo dos três exercícios, apresentados no quadro acima, verifica-se o aumento das transferências de capital, resultado das transferências provenientes de candidaturas a fundos comunitários.



4.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício económico. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise.

QUADRO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2012

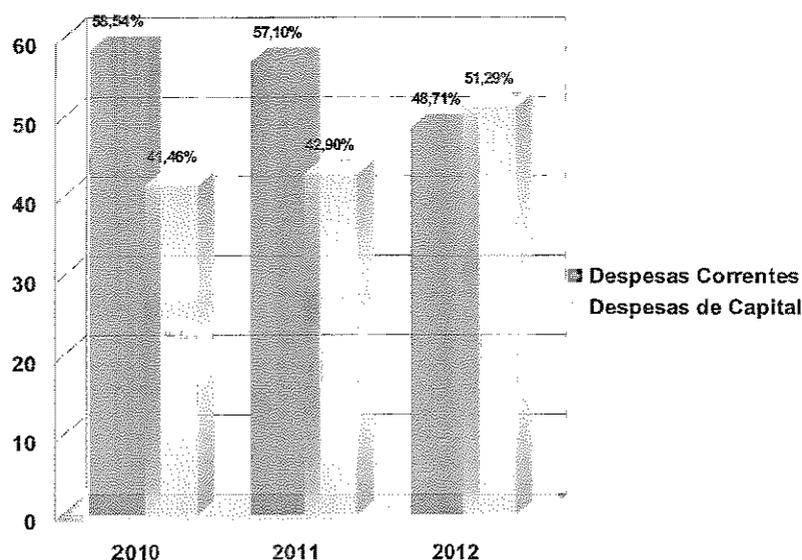
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		2012	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	10.045.092,50	58,54%	9.554.169,50	57,10%	8.774.746,53	48,71%
Despesas de Capital	7.114.741,94	41,46%	7.177.240,21	42,90%	9.239.931,81	51,29%
Total	17.159.834,44	100,00%	16.731.409,71	100,00%	18.014.678,34	100,00%

Analisando a evolução global da despesa paga, no período de 2010 a 2012, verifica-se uma descida seguida de uma subida, conforme se apresenta no quadro anterior.

Conclui-se assim, que a despesa paga em 2012 ascendeu a 18.014.678,34 €, apresentando um aumento, comparativamente aos anos anteriores, fruto também do aumento de receitas cobradas.

GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2012





Do montante total de despesa executada, 8.774.746,53 € dizem respeito a despesas de natureza corrente e 9.239.931,81 € correspondem a despesas de capital, representando um peso de 48,71% e 51,29%, respetivamente.

QUADRO N.º 5 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA		
	2010	2011	2012
Pessoal	4.526.878,54	4.124.370,53	3.714.183,76
Bens e Serviços	2.975.267,45	3.227.706,88	3.414.724,27
Transferências Correntes	1.454.420,33	1.187.929,97	758.092,94
Encargos Financeiros	395.465,00	341.011,77	270.375,77
Outras Despesas Correntes	693.061,18	673.150,35	617.369,79
Investimentos	4.912.693,29	5.077.869,65	7.177.429,22
Transferências de Capital	190.246,77	126.340,42	55.530,46
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	2.011.801,88	1.973.030,14	2.006.972,13
Total	17.159.834,44	16.731.409,71	18.014.678,34

Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento, onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 7.746.277,82 €, o que se traduz num peso de 43% face ao montante de despesa paga no ano de 2012.

Importa neste ponto e a exemplo dos anos anteriores referir o entendimento de que o peso que as despesas correntes possuem não consubstancia, por si só, uma situação negativa para o Município. Tal decorre, na prática, de questões meramente administrativas/burocráticas, nomeadamente de classificadores que visam a uniformização, sem terem em conta a funcionalidade/produktividade de determinadas despesas. Encontram-se nesta situação as despesas com as refeições escolares, os transportes escolares, a prestação de serviços de recolha dos RSU e limpeza urbana, a realização de eventos desportivos, culturais e recreativos de dimensão relevante, entre outros. Estes são exemplos de despesas que ainda que sejam considerados na sua forma



como correntes significam um investimento na educação, no ambiente, no desporto e na cultura, ou, resumidamente, na melhoria geral da qualidade de vida dos munícipes. Estas despesas são, assim, autênticas despesas de investimento ou, no mínimo, suas substitutas diretas.

No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 7.177.429,22 € do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural das despesas de capital, realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI.

**QUADRO N.º 6 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2012**

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
1.	Funções Gerais	1.846.950,00	1.116.857,09	15,56%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1.839.950,00	1.116.857,09	15,56%
1.1.1.	Administração Geral	1.839.950,00	1.116.857,09	15,56%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	7.000,00	0,00	0,00%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	7.000,00	0,00	0,00%
2.	Funções Sociais	5.518.350,00	1.539.080,31	21,44%
2.1.	Educação	1.717.050,00	182.747,30	2,55%
2.1.1.	Ensino Não Superior	1.717.050,00	182.747,30	2,55%
2.3.	Segurança e Ação Social	14.750,00	3.114,02	0,04%
2.3.2.	Ação Social	14.750,00	3.114,02	0,04%
2.4.	Habitação e Serviços Coletivos	3.144.450,00	1.113.472,42	15,51%
2.4.2.	Ordenamento do Território	2.356.200,00	884.487,02	12,32%
2.4.3.	Saneamento	431.150,00	102.956,25	1,43%
2.4.4.	Abastecimento de Água	206.900,00	26.907,88	0,37%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	150.200,00	99.121,27	1,38%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	642.100,00	239.746,57	3,34%
2.5.1.	Cultura	187.600,00	112.420,34	1,57%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	454.500,00	127.326,23	1,77%
3.	Funções Económicas	8.957.150,00	4.521.491,82	63,00%
3.2.	Indústria e Energia	1.056.600,00	381.249,92	5,31%
3.2.0.	Indústria e Energia	1.056.600,00	381.249,92	5,31%
3.3.	Transportes e Comunicações	7.764.900,00	4.070.997,52	56,72%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	7.764.900,00	4.070.997,52	56,72%
3.4.	Comércio e Turismo	135.650,00	69.244,38	0,96%
3.4.1.	Mercados e Feiras	130.000,00	69.244,38	0,96%
3.4.2.	Turismo	5.650,00	0,00	0,00%
Total		16.322.450,00	7.177.429,22	100,00%

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que é nas funções económicas que mais expressividade têm os montantes executados pelo Município, com um peso de 63%, nomeadamente, nos transportes e comunicações, com 56,72% do total.



4.1.3 – Serviço da Dívida

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço da dívida nos últimos três anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

QUADRO N.º 7 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

	2010	2011	2012
Juros	243.876,52	273.532,73	207.770,10
Amortizações	2.011.801,88	1.973.030,14	2.006.972,13
Total	2.255.678,40	2.246.562,87	2.214.742,23
Dívida ML prazo	16.087.948,12	14.114.917,98	12.107.945,85



4.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

QUADRO N.º 8 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2012
Rácios da Receita	
Impostos Diretos / Receitas Correntes	29,28%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	44,07%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	13,63%
Receitas Correntes / Receitas Totais	56,66%
Receitas de Capital / Receitas Totais	43,34%
Rácios da Despesa	
Pessoal / Despesas Correntes	42,33%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	38,92%
Investimentos / Despesas de Capital	77,68%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	21,72%
Despesas Correntes / Despesas Totais	48,71%
Despesas de Capital / Despesas Totais	51,29%
Rácios Financeiros	
Pessoal / Receitas Correntes	34,24%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	11,57%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	123,63%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	89,82%

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, importa realçar o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2012, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.



4.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa

QUADRO N.º 9 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

Recebimentos	
Saldo da Gerência Anterior	1.488.575,69 €
Execução Orçamental	709.143,57 €
Operações de Tesouraria	779.432,12 €
Receitas Orçamentais	18.438.438,27 €
Correntes	10.848.574,68 €
Capital	7.589.863,59 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	1.165.227,00 €
Total	21.092.240,96 €
Pagamentos	
Despesas Orçamentais	18.014.678,34 €
Correntes	8.774.746,53 €
Capital	9.239.931,81 €
Operações de Tesouraria	1.174.939,32 €
Saldo para a Gerência Seguinte	1.902.623,30 €
Execução Orçamental	1.132.903,50 €
Operações de Tesouraria	769.719,80 €
Total	21.092.240,96 €

O montante obtido pela poupança orçamental alcançada no exercício de 2012, no valor de 2.073.828,15 € (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes), foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital).

Para repercutir o valor de 1.132.903,50 € no orçamento do exercício contabilístico de 2013, dever-se-à realizar uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



5. Endividamento

É possível proceder a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do documento n.º 26 da prestação de contas de 2012, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 4.1.3 – Serviço da Dívida do presente relatório.

De acordo com o art.º 37.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Também o art.º 39.º daquele diploma se reveste de particular interesse. Assim:

1 - O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

2 - O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

3 - Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de empréstimos, até que aquele limite seja cumprido.

4 - Para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo prazos,



consideram-se os empréstimos obrigacionistas, bem como os empréstimos de curto prazo e de aberturas de crédito no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa.

5 - Podem excepcionar-se do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças.

6 - Podem excepcionar-se do disposto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75 % do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças, devendo ser tido em consideração o nível existente de endividamento global das autarquias locais.

7 - São igualmente excecionados do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública.

De acordo com este resumo da conjuntura legal, deve-se ter presente que mais uma vez o Município de Vale de Cambra cumpriu a Lei das Finanças Locais ao reduzir em mais de 10% o excedente do endividamento, percentagem mínima para que o Município não seja penalizado:

**QUADRO N.º 10 – SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES**

2011 – Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		
Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
Margem	927.739,28	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
Excesso	2.626.288,61	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
Margem		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		
Excesso	2.996.702,51	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
Margem		

2012 – Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		
Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
Margem	903.539,02	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
Excesso	1.033.339,16	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
Margem		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		
Excesso	2.384.953,96	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
Margem		

Redução do excesso de Endividamento ML prazos	60,65%
Redução do excesso de Endividamento Líquido	20,41%

A redução de 20,41% no excesso do endividamento líquido e 60,65% na redução do excesso de endividamento de médio e longo prazo foi conseguida sem limitar os investimentos tidos como essenciais para o desenvolvimento sustentado do Município. Esta situação deve ser realçada pois operacionalizou-se num quadro de extrema complexidade da vida económica e financeira do país. Aquelas reduções efetivaram-se através da aplicação de princípios gestionários rigorosos e equilibrados.

Torna-se também importante salientar que o Município de Vale de Cambra mantém todas as condições para poder recorrer a empréstimos bancários considerados exceção aos limites de endividamento líquido de médio e longo prazos, de acordo com o n.º 6 do art. 39.º da Lei das Finanças Locais.



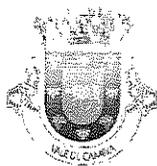
A continuidade da aposta deste município na racionalização das despesas não descurando a obtenção de novas receitas, não obstante com o acompanhamento de constantes imposições legais limitadoras, permitirá uma melhoria constante da situação financeira. Entra portanto em jogo a adoção de princípios de gestão coerentes que confirmam eficácia e eficiência aos procedimentos.

6. Análise Económico-Financeira

6.1 - Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de Dezembro de 2012.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2012, bem como a comparação com o ano de 2011.



QUADRO N.º 11 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

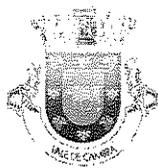
Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2011		2012		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Total Ativo	81.661.697,70		83.850.148,54		2.188.450,84	2,68%
Imobilizado	77.011.815,08	94,31%	80.700.244,49	96,24%	3.688.429,41	4,79%
Circulante						
Existências	277.218,80	0,34%	237.882,80	0,28%	-39.336,00	-14,19%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	1.184.088,13	1,45%	1.009.397,95	1,20%	-174.690,18	-14,75%
Disponibilidades	1.488.575,69	1,82%	1.902.623,30	2,27%	414.047,61	27,82%
Acréscimos e Diferimentos	1.700.000,00	2,08%	0,00	0,00%	-1.700.000,00	-100,00%
Fundos Próprios	51.782.339,40		51.968.353,45		186.014,05	0,36%
Património	22.151.075,34	42,78%	22.151.341,85	42,62%	0,00	0,00%
Reservas Legais	1.304.656,65	2,52%	1.413.045,21	2,72%	108.388,56	8,31%
Doações	191.835,69	0,37%	191.935,69	0,37%	100,00	0,05%
Resultados Transitados	25.967.000,53	50,15%	28.085.185,79	54,04%	2.118.185,26	8,16%
Resultado Líquido do Exercício	2.167.771,19	4,19%	126.844,91	0,24%	-2.040.926,28	-94,15%
Passivo	29.879.358,30		31.881.795,09		2.002.436,79	6,70%
Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00%	130.796,63	0,41%	130.796,63	-%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	14.114.917,98	47,24%	12.107.945,85	37,98%	-2.006.972,13	-14,22%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	6.304.135,63	21,10%	5.893.218,17	18,48%	-410.917,46	-6,52%
Acréscimos e Diferimentos	9.460.304,69	31,66%	13.749.834,44	43,13%	4.289.529,75	45,34%
Total Fundos Próprios e Passivo	81.661.697,70		83.850.148,54		2.188.450,84	2,68%

O ativo líquido registou no final de 2012 um aumento de 2,68%, como resultado do aumento do imobilizado líquido, cujo peso foi de 96,24%, e das disponibilidades.

Apesar da atual conjuntura económica desfavorável, é de referir que o Município de Vale de Cambra deu continuidade ao esforço de investimento, com maior visibilidade na rubrica do imobilizado.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2012 um aumento global, devido ao aumento das disponibilidades, sendo que as restantes rubricas registaram uma quebra que se deveu



em grande parte à diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo.

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos.

O Passivo totalizou a importância de 31.881.795,09 €, registando um aumento relativamente ao ano anterior, no valor de 2.002.436,79 €.

Este aumento reflete-se nos acréscimos e diferimentos já que as rubricas dos empréstimos de médio e longo prazo e das dívidas a terceiros de curto prazo registaram uma diminuição em relação ao ano anterior.

Apesar da sua diminuição, face ao ano anterior, a rubrica que em 2012 tem maior peso e apresentou um aumento foram os acréscimos e diferimentos que totalizam o montante de 13.749.834,44 € (ver Quadro n.º 11). Estes acréscimos e diferimentos de natureza passiva estão igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente, respeitem a períodos subsequentes. Tais contabilizações em 2012 foram repartidas por Acréscimos de Custos, no valor de 754.884,43 € e por Proveitos Diferidos, no valor de 12.994.950,01 €.

Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final de 2012 o valor de 51.968.353,45 €, valor superior em 0,36% face ao verificado no exercício anterior.

O ligeiro aumento deveu-se essencialmente aos resultados transitados.



6.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício económico de 2012. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2012, uma diminuição de (-) 94,15%, face ao ano transato, com um montante de 126.844,91 €.

Para este resultado foi determinante o comportamento dos proveitos, os quais registaram uma diminuição de (-) 3.264.675,22 € (-20,03%), sendo que os custos diminuíram (-) 1.223.748,94 € (-8,66%).



QUADRO N.º 12- ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2011		2012		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custos e Perdas	14.134.919,56		12.911.170,62		-1.223.748,94	-8,66%
Total dos Custos Operacionais (A)	12.365.663,03	87,48%	10.882.895,09	84,29%	-1.482.767,94	-11,99%
Total dos Custos Financeiros (C)	342.529,19	2,42%	375.374,43	2,91%	32.845,24	9,59%
Total dos Custos Extraordinários	1.426.727,34	10,09%	1.652.901,10	12,80%	226.173,76	15,85%
Resultado Líquido do Exercício	2.167.771,19		126.844,91		-2.040.926,28	-94,15%
Proveitos e Ganhos	16.302.690,75		13.038.015,53		-3.264.675,22	-20,03%
Total dos Proveitos Operacionais (B)	14.039.714,64	86,12%	11.658.813,23	89,42%	-2.380.901,41	-16,96%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	131.969,25	0,81%	67.880,22	0,52%	-64.089,03	-48,56%
Total dos Proveitos Extraordinários	2.131.006,86	13,07%	1.311.322,08	10,06%	-819.684,78	-38,46%
Resultados Operacionais (B-A)	1.674.051,61		775.918,14		-898.133,47	-53,65%
Resultados Financeiros (D-C)	-210.559,94		-307.494,21		-96.934,27	46,04%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	1.463.491,67		468.423,93		-995.067,74	-67,99%

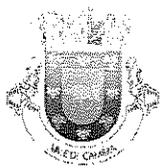
Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2012, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 13.038.015,53 € e de custos incorridos de 12.911.170,62 €.

Como se pode verificar, são determinantes as atividades operacionais e correntes na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 775.918,14€ e 468.423,93€, respetivamente.

A atividade operacional é de facto determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos e dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 84,29% e 89,42%, respetivamente.

Refira-se ainda, que a atividade operacional gera fluxos suficientes para fazer face à totalidade dos custos de igual natureza.

Em 2012, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 307.494,21 €, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 468.423,93 €.



Os custos extraordinários do exercício refletem um aumento de 15,85%.

7. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo líquido, e a que se reforce a conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Por conseguinte, e como o Resultado Líquido do Exercício de 2012 é positivo no valor de 126.844,91 €, propõe-se que o mesmo tenha a seguinte distribuição:

Reservas Legais – 6.342,25 €

Resultados Transitados – 120.502,66 €

8 . Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.



Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 - Identificação

Designação - Município de Vale de Cambra

NIF – 506735524

Endereço – Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

CAE – 84113

Regime Financeiro – Autonomia administrativa e financeira

Trabalhadores – 1 de Janeiro de 2012 – 227 trabalhadores: 188 CTTI + 27 CTTRC + 8

CM + 3 Outras Situações + 1 Avençado

31 de Dezembro de 2012 – 226 trabalhadores: 191 CTTI + 24 CTTRC + 7

CM + 3 Outras Situações + 1 Avençado

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 22.864 habitantes, de acordo com os censos de 2011. Este é constituído por 9 freguesias: Arões,



Cepelos, Codal, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho, com um total de 22.672 eleitores inscritos, conforme resultados das últimas eleições para a Assembleia da República, em 2011.

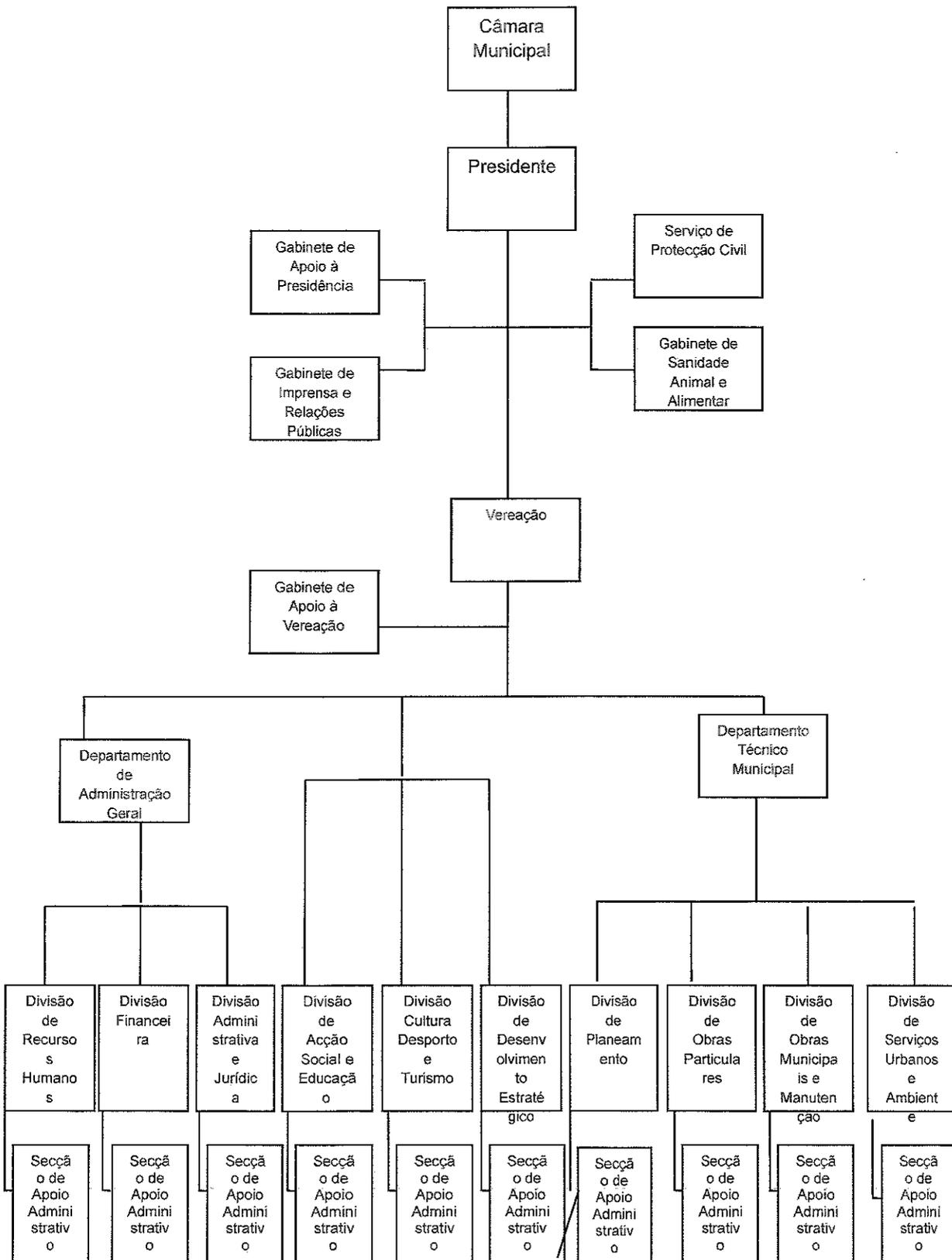
8.1.2 - Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República
Organização dos Serviços Municipais	16 de Novembro de 2010	17 de Dezembro de 2010	II Série, nº 243

Para efeitos do número 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro por deliberação de 29 de Novembro de 2011 da Câmara Municipal e por deliberação de 14 de Dezembro de 2011 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2012 em conformidade com o nº 1 do artigo 5º da Lei acima indicada, tendo em conta o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vale de Cambra, publicado no Diário da República, II Série, nº 243 de 17 de Dezembro de 2010.





8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respetivas alterações.

8.1.5 - Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José António Bastos da Silva, Eng.

- Vereadores da Câmara Municipal:

Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.^a

Elisabete Soares Moreira Rocha, Dr.^a

José Pedro Vieira de Almeida, Mestre Eng.^a Urbana

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, Eng.^o

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.^a

Jorge Manuel Santos Silva, Eng.^o, *em suspensão de mandato desde 3 de maio de 2012 tendo ocupado a vaga a Sra. Susana Maria Cruz Tavares Ferreira.*

8.1.6 - Organização Contabilística

Ao longo do ano de 2012 todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação de contabilidade utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.*

Uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns



constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da contabilidade.

Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado em 2011. Foram também mantidos os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na Divisão Financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, continuando a existir apenas a passagem de guias de receita em postos variados.

8.1.7 – Outras Informações Relevantes

Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2012

FEF Corrente - €3.367.664,00

FSM Corrente - €395.177,00

Participação fixa IRS - €512.740,00

FEF Capital - €2.245.109,00

b) Pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município em 2011 - €5.077.869,65 (conforme execução PPI em 2011)

c) Ações inspetivas realizadas pelo IGAT e/ou IGF desde 2005:

Inspeção Ordinária Sectorial (Urbanismo e Aquisição de Bens e Serviços)
com período de incidência: 2002-01-02 a 2006-03-24 (ação inspetiva iniciada em 2006-03-27 e concluída em 2006-06-21)

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município



é associado não tem empréstimos em vigor.

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 - O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase inicial de implementação, prejudicada pela falta de recursos humanos.

A ausência da contabilidade de custos não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

8.2.2 – Comparabilidade

No ano de 2012 efetuaram-se diversos ajustamentos no sentido de efetuar correções que se referiam a exercícios económicos anteriores, nomeadamente nas rubricas de imobilizado corpóreo e contas da classe 5, o que afeta a comparabilidade nestas rubricas. Não obstante, o princípio da comparabilidade é aplicável às restantes contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei



n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro de 1999 (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Desta forma, para:

- **8.2.3.1 - Imobilizado** - O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

- **8.2.3.2 - Investimentos Financeiros** constituídos por partes de capital, foram valorizados ao preço de aquisição.
- **8.2.3.3 - Existências** foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém
- **8.2.3.4 - Dívidas de e a terceiros** foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

Em 2012 foram contabilizadas patrimonialmente todas as dívidas a terceiros conhecidas, mesmo aquelas que só venham a ser reconhecidas orçamentalmente em exercícios subsequentes.

- **8.2.3.5 - Disponibilidades de caixa e em depósitos bancários** expressam os



montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado

Os movimentos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e ocorridos durante o exercício de 2012, operacionalizaram-se no estrito cumprimento das regras aplicáveis, nomeadamente as dispostas no POCAL.

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas diversas rubricas encontra-se no Mapa Ativo Bruto (em anexo).

Na coluna Aumentos traduzem-se as aquisições de imobilizado realizadas em 2012.

- **Diminuições mais relevantes do Imobilizado**

Os abates verificados em 2012, na conta **42.1 – Terrenos e Recursos Naturais** (domínio privado), no valor de **€1.301.709,05**, referem-se a abate das parcelas adquiridas para a Zona Industrial da Calvela, as quais deram origem ao Loteamento da Calvela.

Com a inclusão dos Lotes no património do Município, faltava o abate das parcelas;

Abate no património dos **Lotes 8 e 23 da Zona Industrial Lordelo/Codal** (venda destes Lotes), e abate das parcelas adquiridas para a **Zona Industrial do Rossio – 4ª Fase**.

- **Aumentos mais relevantes do Imobilizado**

Os aumentos verificados em 2012, na conta **42.1 – Terrenos e Recursos Naturais** (domínio privado), no valor de **€1.420.221,00** referem-se a inclusão no Património dos **Lotes das 4ª e 5ª Fases do Loteamento do Rossio** e da compra de parcelas para estas Fases do Loteamento do Rossio.



O movimento na conta **42.2.2.01.5 – Escolas**, no valor de **€248.662,21**, refere-se à compra pelo Município da Escola onde funciona o Jardim de Infância do Casal à Freguesia de Cepelos.

O aumento da conta **44.2 – Imobilizações em curso de Imobilizações Corpóreas em 2012**, no valor de **€1.071.637,86**, deve-se à obra “**Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho**”, que decorreu neste exercício de 2012.

O aumento da conta **44.5 – Imobilizações em curso de Bens do Domínio Público**, no valor de **€4.352.136,69** deve-se à construção das obras: “**Vias Variantes de Vila Chã**” e “**Parque Urbano – Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Viges – 2ª Fase**”.

8.2.8 – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (em anexo).

8.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

- Bem n.º 19809 – Mini-autocarro de transportes escolares (44-HD-41), com valor de aquisição de 29.220,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2012 de 821,27€.



- Bem n.º 21608 – Automóvel Ligeiro de Passageiros (27-JT-36), com valor de aquisição de 41.700,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2012 de 24.257,27€.
- Bem n.º 22140 – Automóvel Pesado de Mercadorias (46-MH-80), com valor de aquisição de 47.232,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2012 de 37.605,25€.

8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

Bem 22656 – Quadro a óleo (30*24), oferecido ao Município;

Bens 22719, 22720, 22721, 22722, 22723 e 22724 – Captações e Reservatórios de água que faltava inserir no Património e é necessário individualizar dado periodicamente serem efetuadas reparações que se associam aos bens;

Ex: Captação do Caima, Estações Elevatórias das Zonas Industriais, Reservatório da Helipista, Captação de Gestoso e Açude Moreira.

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar é composta essencialmente pelos que têm valor histórico e não foram objeto de valorização aquando do Balanço Inicial, como por exemplo a maioria dos bens expostos no Museu Municipal, nomeadamente imagens, trajes, diversos utensílios, bem como quadros de outras épocas.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de



amortização os terrenos e concretamente no exercício de 2012, os bens 22719 a 22724 (Captações e Reservatórios considerados no ponto anterior), dado não possuírem valorização também não foram objeto de amortização.

8.2.16 - Mapa das entidades participadas

O Município de Vale de Cambra possui participações nas seguintes entidades Societárias:

valorização ao custo histórico

Denominação	Capital	Participação	%
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	8.500.000,00 €	96.275,00 €	1,13%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20.500.000,00 €	3.895,00 €	0,02%
Municípa – Empresa de Cartografia e Sist. Informação	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77%
Primus – Promoção, Desenvol. Regional, EMT, S.A.	813.859,02 €	499,00 €	0,06%

valorização pelo método de equivalência patrimonial

Denominação	C. Social	RL 2012	Cap. Próprios	% partic.
VCP – Parque Estacion. Vale de Cambra	205.000,00 €	(449.969,37)	(266.931,89)	49,00%

No que respeita às Entidades não Societárias, o Município de Vale de Cambra participa nas seguintes:

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
AMTSM
ADRIMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto



8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.

8.2.27 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL, constantes do balanço

O Fundo Patrimonial apresentava no início do exercício de 2012 o valor de 51.782.339,40€, retendo-se em Património 22.151.075,34€ e o restante em Reservas, Doações e Resultados Transitados.

Na 57.1 -*Reservas Legais* - houve um aumento no valor de 108.388,56€ referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.6 – *Doações* – o valor 100€, refere-se às seguintes doações:

- 100,00€ da empresa Modelo Continente Hipermercados S.A.

Na conta 59 – *Resultados Transitados* – para além de englobar o resultado líquido do ano transato conforme deliberado pela Assembleia Municipal, compreende também:

- 588.062,00€ relativos a lotes da Z.I. Rossio – IV fase;
- 52.800,00€ relativos a permuta lote 3 Z.I. Rossio;
- 71.641,00€ relativos a correcção do valor dos lotes 1 e 4 da Z.I. Rossio (3.^a fase da IV fase)
- 85.503,75€ relativos à recuperação de IVA referentes aos anos 2010 e 2011.



8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un.: Euros (€)

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	224.104,73	=	277.218,80	+	187.368,67	+	-2.599,94	-	237.882,80
32.1	6.151,80	=	0,00	+	6.151,80	+	0,00	-	0,00

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo.

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Em anexo.

8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2012 foram efetuadas 33 modificações (trinta e uma alterações e duas revisões) ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em:

- Trinta alterações ao Orçamento da Despesa;
- Uma alteração ao Plano de Atividades;
- Duas revisões ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa.

8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- Dezanove alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;



- Doze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).



ANEXOS

MAPA DO ATIVO BRUTO

Ano: 2012

(Unidade: €)

Conta	Designação	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final
4	IMOBILIZAÇÕES	104.059.662,50		8.029.215,83		1.603.508,15	110.485.370,18
41	Investimentos Financeiros	233.269,00				107.650,00	125.619,00
41.1	Partes de Capital	233.269,00					125.619,00
41.1.2	Empresas Municipais e Intermunicipais	499,00					499,00
41.1.3	Empresas Privadas ou Cooperativas	232.770,00				107.650,00	125.120,00
42	Imobilizações Corpóreas	52.343.617,26		2.041.764,20		1.361.767,94	53.023.613,52
42.1	Terrenos e Recursos Naturais	7.824.445,55		1.420.221,00		1.301.709,05	7.942.957,50
42.2	Edifícios e Outras Construções	36.904.284,46		364.521,76			37.268.806,22
42.2.1	Edifícios	7.900.191,35		41.149,42			7.941.340,77
42.2.2	Outras Construções	29.004.093,11		323.372,34			29.327.465,45
42.2.2.01	Outros Edifícios	19.958.075,27		309.406,86			20.267.482,13
42.2.2.01.1	Instalações dos Serviços	2.317.375,63		1.096,04			2.318.471,67
42.2.2.01.2	Instalações Desportivas e Recreativas	7.798.733,48		29.339,28			7.828.072,76
42.2.2.01.3	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	506.042,33		18.677,56			524.719,89
42.2.2.01.5	Escolas	6.654.938,66		248.662,21			6.903.600,87
42.2.2.01.7	Outros	2.680.985,17		11.631,77			2.692.616,94
42.2.2.02	Construções Diversas	9.046.017,84		13.965,48			9.059.983,32
42.2.2.02.1	Outros	9.046.017,84		13.965,48			9.059.983,32
42.3	Equipamento Básico	2.517.858,50		31.397,96		6.881,32	2.542.375,14
42.3.9	Outros	2.517.858,50		31.397,96		6.881,32	2.542.375,14
42.4	Equipamento de Transporte	1.051.017,12		3.750,00			1.054.767,12
42.5	Ferramentas e Utensílios	117.826,60		268,10			118.094,70
42.6	Equipamento Administrativo	2.416.183,95		96.825,33		53.177,57	2.459.831,71
42.6.9	Outros	2.416.183,95		96.825,33		53.177,57	2.459.831,71
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	1.512.001,08		114.085,05			1.626.086,13
43	Imobilizações Incorpóreas	950.286,06					950.286,06
43.2	Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	908.543,55					908.543,55
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	41.742,51					41.742,51
44	Imobilizações em Curso	2.779.818,51		5.423.774,55		95.528,09	8.108.064,97
44.2	Imob. em curso de Imobilizações corpóreas	186.817,57		1.071.637,86		37.549,84	1.220.905,59
44.5	Imob. em Curso de Bens de Domínio Público	2.593.000,94		4.352.136,69		57.978,25	6.887.159,38

MAPA DO ATIVO BRUTO

45	Bens de Domínio Público	47.752.671,67	563.677,08		38.562,12	48.277.786,63
45.1	Terrenos e Recursos Naturais	7.419.081,24	204.670,88		38.562,12	7.585.190,00
45.3	Outras Construções e Infraestruturas	39.951.429,51	369.701,20			40.321.130,71
45.5	Bens do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	332.583,80				332.583,80
45.9	Outros bens de Domínio Público	49.577,12				49.577,12
	TOTAL	104.059.662,50	8.029.215,83		1.503.508,15	110.485.370,18

AMORTIZAÇÕES

Ano: 2012

(Unidade: €)

Conta	Designação	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZACOES ACUMULADAS	27.047.847,42	2.795.569,88	58.291,61	29.785.125,69
48.2	De Imobilizacoes Corporeas	14.405.878,23	1.204.297,59	58.291,61	15.551.884,21
48.2.2.1	Edificios	3.984.369,69	220.442,70		4.204.812,39
48.2.2.2	Outras Construoese	4.791.422,73	525.323,32		5.316.746,05
48.2.3	Equipamento Basico	1.949.959,82	136.009,20	5.114,04	2.080.854,98
48.2.3.9	Outros	1.949.959,82	136.009,20	5.114,04	2.080.854,98
48.2.4	Equipamento de Transporte	701.378,67	63.586,53		764.965,20
48.2.5	Ferramentas e Utensilios	102.234,01	6.468,43		108.702,44
48.2.6	Equipamento Administrativo	2.087.373,43	117.336,12	53.177,57	2.151.531,98
48.2.6.9	Outros	2.087.373,43	117.336,12	53.177,57	2.151.531,98
48.2.9	Outras Imobilizacoes Corporeas	789.139,88	135.131,29		924.271,17
48.3	De Imobilizacoes Incorporeas	725.161,08	70.225,68		795.386,76
48.3.2	Despesas de Investigacao e Desenvolvimento	683.418,57	70.225,68		753.644,25
48.3.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	41.742,51			41.742,51
48.5	De Bens de Dominio Publico	11.916.808,11	1.521.046,61		13.437.854,72
48.5.3	Outras Construoese e Infraestruturas	11.909.492,83	1.519.966,78		13.429.459,61
48.5.5	Bens de Patrimonio historico, Artistico e Cultural	3.144,33	449,19		3.593,52
48.5.9	Outros Bens de Dominio Publico	4.170,95	630,64		4.801,59
	TOTAL	27.047.847,42	2.795.569,88	58.291,61	29.785.125,69

ENTIDADE

MVC

-

MUNICIPIO DE VALE DE CAMERA

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	28.730,54	74.989,58	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	3.230,71	22.016,61	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	630,77	596,60
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	1.266.739,57	784.440,77	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	671.284,60	1.723.428,52
695 - MULTAS E PENALIDADES	721,50	332,19	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS		
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	353.025,02	544.845,74	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	220.905,44	65.310,64
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS	453,76	102,45	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	418.501,27	341.671,10
EXTRAORDINARIOS					
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	- 341.579,02	704.279,52			
			Total	1.311.322,08	2.131.006,86
Total	1.311.322,08	2.131.006,86			

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE

MVC

-

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Janeiro - Rectificação

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	278.443,67	334.524,79	781 - JUROS OBTIDOS	30.416,00	35.474,06
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	89.688,37		782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		50.120,00
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	32.727,37	44.267,99
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	7.242,39	8.004,40	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	- 307.494,21	- 210.559,94	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	4.736,85	2.107,20
Total	67.880,22	131.969,25	Total	67.880,22	131.969,25

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____
